

Câmara cede a chantagem, impõe congelamento a servidores e engessa o Brasil

Por 272 a 206, a Câmara de Deputados decidiu manter Artigo 8º do PLP 39/20 que congela os salários e direitos de milhões de servidores até final de 2021 em troca de ajuda a estados e municípios.

Apesar da intensa mobilização virtual e pressão nos congressistas desde a última sexta (1), quando a matéria foi pautada pelo Senado e aprovada por lá no Sábado (2), a Câmara decidiu na noite de terça (5), congelar não só salários, mas interromper concursos e direitos adquiridos como progressões e promoções em carreiras, tudo até dezembro de 2021. A contrapartida foi uma exigência imposta para que o governo liberasse auxílio emergencial a estados e municípios no combate à Covid-19. Enquanto empresta R\$125 bilhões, o governo deve reter R\$175 bi com essas medidas de austeridade.

Um destaque foi aprovado incluindo trabalhadores da educação, da assistência social; limpeza pública; policiais legislativos; técnicos e peritos criminais; agentes socioeducativos; e fiscais agropecuários na lista de servidores e empregados públicos que devem ficar de fora dos efeitos do PLP 39.

Por ter sofrido alteração, o projeto volta ao Senado que dará a palavra final sobre juntar os profissionais acima listados aos da saúde, segurança pública e militares que já estavam no texto inicial. Mas o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, adiantou que deve pautar ainda hoje a proposta e a intenção é restabelecer o texto original.

[Leia notícia completa em www.condsef.org.br](http://www.condsef.org.br)

Fila do INSS: mais de 1,1 milhão de trabalhadores esperam para receber benefícios

Os trabalhadores aguardam a análise de pedidos de concessão de benefícios como aposentadoria, auxílio-doença, pensões e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A demora penaliza ainda mais em meio a pandemia da Covid-19, onde muitos cidadãos dependem da aprovação do instituto para conseguir a renda a que têm direito para sobreviver.

O Órgão segue sucateado e com déficit de servidores. A última aquisição de equipamentos para o INSS foi feita no governo de Dilma Rousseff, em 2015. De lá para cá, em especial depois do golpe de 2016, não houve mais nenhum investimento em materiais. Assim como nenhum concurso foi realizado desde 2013. Muitos dos trabalhadores se aposentaram.

[Saiba mais em www.cut.br](http://www.cut.br)

Detalhes pequenos de nós dois



www.humorpolitico.com